



CIDADANIA DIGITAL 2

CURITIBA 2023

2 - APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

1. **Nome da Organização da Sociedade Civil – OSC:** *GERAR – Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional*
2. **Endereço da Sede Administrativa:** Rua Senador Accioly Filho, 511, Cidade Industrial, Curitiba - PR
3. **Endereço da execução do Serviço:** *Equipamentos da Fundação de Ação Social, conforme disponibilidade de espaço físico e de acordo com a demanda apresentada*
4. **CNPJ (mantenedora e executora):** 05.653.393/0001-56
5. **Nome do Serviço (somente nos casos de serviços tipificados no SUAS):**
não se aplica
6. **Nível de Política Pública:** Política do Trabalho
7. **Objeto da Parceria:** Formalizar Termo de Fomento com recursos de Emenda Parlamentar Municipal através da execução do projeto Cidadania Digital 2.
8. **Responsável pela elaboração do Plano de Trabalho, Plano de Aplicação e o Coordenador:**
Elizete Drevinski – elizete@gerar.org.br; 3039-6599
Dayane Feitosa – dayane.feitosa@gerar.org.br; 4199728-0089

9. **Apresentação da OSC:**

A Organização Social Gerar foi fundada em abril de 2003 e, desde então, manteve atuação ininterrupta, atendendo nessa trajetória de 20 anos, aproximadamente, 200 mil pessoas. Seu início aconteceu na cidade de Curitiba, através de um grupo de pessoas que tinham em comum o propósito de promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável e se uniram em torno dessa causa, fundando a OSC.

A Gerar possui a Matriz em Curitiba e outras 10 subsedes nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, possuindo, ao total, 48 unidades físicas em municípios considerados polos em suas regiões. Essas unidades contam, ao todo, com os mais de 225 colaboradores e os mais de 8.000 adolescentes e jovens participantes dos Projetos Aprendiz Legal, Gerar Estágios, Aprova, Cidadania Digital, Aprendiz Cooperativo e Aprendiz GERAR, que frequentam semanalmente uma dessas unidades.

E, é para esses e para tantos beneficiários diretos e indiretos que a Gerar construiu com o seu Corpo Técnico a Missão de “Promover o desenvolvimento social, através de ações educacionais, para que as pessoas sejam protagonistas de sua história em uma sociedade mais justa e em um planeta sustentável.”

A sua gestão está amparada e organizada de forma que atenda a Lei 13.019/2014. Sua Administração é composta por: Assembléia Geral, Conselho Diretor, Superintendências e Conselho Fiscal.

O Estatuto da Gerar encontra-se devidamente registrado e suas disposições são seguidas visando a perfeita organização, funcionamento/gerenciamento e a consecução dos seus objetivos. Outro instrumento normatizador constituído para balizar as ações, condutas e procedimentos é o Regimento Interno, por ele são expressas as boas práticas que orientam a rotina e o bom funcionamento da Organização, aliado ao Código de Conduta. A contabilização dos recursos é realizada individualmente para cada projeto, e auditada por empresa independente, todos os anos. Todas as contratações são amparadas pelo regimento interno da GERAR e seguem as designações da Lei 8.666/1993 e, visando manter a transparência e a eficiência no uso dos recursos obtidos pela Organização, mantém ativa um Comissão Permanente de Licitações e Contratos, com um setor de suprimentos e patrimônio ativos.

A Assembleia Geral é o órgão soberano da Organização, é ela quem elege a diretoria e o conselho fiscal, aprova o regimento interno, aprecia o relatório anual da diretoria, discute e homologa o balanço e define o plano de ação.

A Gerar possui 19 coordenações/instâncias de decisões, com as quais as superintendências podem dialogar e, conjuntamente, deliberar e chegar a soluções e enfrentamentos de desafios e decisões mais relevantes.

O Conselho Diretor é o órgão deliberativo colegiado responsável pela administração da GERAR e é composto por nove membros efetivos, designados para os cargos de diretor presidente, diretor vice-presidente e sete diretores conselheiros.

A Superintendência é o órgão executivo e de representação perante terceiros, é composto por Superintendência Institucional/Técnica e Superintendência Administrativa/Executiva.

O Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização das atividades realizadas pela GERAR e é composta por três membros efetivos e dois suplentes.

No que se refere aos projetos desenvolvidos pela Organização, além do Aprendiz Legal e Gerar Estágios, entre os anos de 2007 e 2010 a Gerar desenvolveu o Projeto Gerar MDS, com o apoio do Governo Federal, para fomentar o Empreendedorismo em 4 Estados: Bahia, Pernambuco, Ceará e Acre. Tal projeto foi implementado com base no estabelecimento de sólidas parcerias e com as comunidades em 50 municípios e beneficiou mais de 10.000 brasileiros que viviam em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.

No ano de 2010, a Gerar, por meio do seu Corpo Técnico, implementou o Projeto Construtores da Paz que teve como objetivo principal atender jovens em situação de vulnerabilidade social e risco iminente de ingresso na criminalidade. A partir daí, a

Gerar passou a identificar, articular, mobilizar e estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para identificar as áreas de capacitação a serem ofertadas aos 300 jovens para sua reinserção social e cidadã; esse projeto atendeu participantes de 18 a 29 anos, ex-detentos ou em liberdade condicional, em medida socioeducativa.

Entre os anos de 2012 a 2014, a Gerar desenvolveu em Curitiba, o Projeto Geração Campeã com o patrocínio do Programa Petrobras Esporte e Cidadania. O Projeto promoveu a prática regular e permanente de atividades esportivas visando o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes com idade entre 10 e 14 anos. Em 2013 e 2015, a Gerar implantou em Araucária o Projeto Profissão Cidadão que teve como meta promover a qualificação técnica profissional de 360 adolescentes e jovens do município. Os participantes tinham idade entre 17 e 29 anos, em situação de exclusão social, oportunizando sua inserção no mercado de trabalho. Entre 2015 e 2016 a Gerar inicia o Projeto Socioeducativo Alvorecer, também no município de Araucária. Esse projeto foi elaborado a fim de atender uma demanda identificada pela própria comunidade do Jardim Alvorada. Com isso, a GERAR desenvolveu atividades orientadas para a formação humana de adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, levando em conta a necessidade premente do fortalecimento de valores éticos e profissionais a 105 participantes.

Também em 2018, a Gerar contempla o Pré Vestibular APROVA, um curso que tem por finalidade promover a revisão dos conteúdos das disciplinas desenvolvidas no ensino fundamental e médio e que são determinantes para que o estudante seja aprovado em processos seletivos como ENEM.

Além disso, nos anos de 2021 e 2022 a OSC desenvolveu o projeto Aprendiz GERAR, voltado à formação humana e de informática básica que possibilitasse maiores chances de inserção no mercado de trabalho à 250 adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.

A Educação perpassa todas as iniciativas da Gerar, sem, entretanto, substituir o valor da Educação Formal e da elevação da Escolaridade, ao contrário, o foco é sempre a conscientização da importância desta para o desenvolvimento pessoal e comunitário de maneira inclusiva, igualitária e sustentável.

Referências, potencialidades, capacidade de articulação, recursos técnicos e financeiros:

Nome do Projeto	Ano(s) de realização	Objetivo	Fonte do Recurso	Valor (R\$)	Participantes
Construtores da Paz	2010 a 2012	Desenvolver atividades de formação e desenvolvimento humano com qualificação profissional em construção civil	MTE – Ministério do Trabalho e Emprego por meio da SENAES	R\$1.497.743,31	300

Programa Jovem Aprendiz Petrobras	2014 a 2016	Executar um programa de aprendizagem próprio da Refinaria Getúlio Vargas - REPAR	Petrobras através da REPAR – Refinaria Getúlio Vargas	R\$700.000,00	66
Aprendiz Legal – Fundação Roberto Marinho	2010 à atualmente	Implementar o Programa Aprendiz Legal ancorado na Lei 10.097/200 a Lei da Aprendizagem	Empresas privadas parceiras	R\$17.119.472,15 ano 2017	7038
Programa Geração Campeã – desenvolver novos talentos e formar cidadãos	2012 a 2014	Promover ações de educação integral a crianças e adolescentes por meio de atividades de esporte educacional nas modalidades de Basquete e Remo com atividades de Educação, Cultura, Cidadania e Psicomotricidade	Programa Petrobras Esporte & Cidadania	R\$1.997.035,10	120
Projeto Profissão Cidadão	2014 a 2015	Promover ações de formação humana e qualificação profissional em eletrônica básica, mecatrônica e mecânica para jovens e acompanhamento na inclusão do mercado formal de trabalho	Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania	R\$1.648.737,35	360
Projeto Faxinais	2013 a 2015	Recuperação de áreas degradadas em territórios ocupados por povos tradicionais faxinalenses	Petrobras Socioambiental	R\$ 3.475.726,05	1.200
Projeto Alvorecer I e II	2015 a 2019	Formação Humana e qualificação profissional a jovens e adolescentes com vistas ao	Petrobras comunidades, por meio da Repar.	R\$299.998,00 E R\$ 599.998,00	105

		ingresso n o mercado formal de trabalho			
Programa Gerar Estágios	2014 à atualmente	Implementar um programa qualificado de Estágios visando efetividade na complementação da formação teórica e prática de Estudantes	Empresas privadas parceiras.	R\$1.021.007,57	1100
Projeto Aprendiz GERAR	2020 à atualmente	Oportunizar a 250 adolescentes de 14 a 18 anos incompletos formação inicial, que é a primeira etapa de um projeto que objetiva o preparo e o conhecimento de adolescentes sobre o mundo do trabalho.	FAS – Edital	R\$175.000,00	250
Projeto Aprova	2021 à 2023	Atender alunos entre 14 a 18 anos da rede pública estadual, do PR, no Ensino Medio e que desejem retomar os estudos e concluir a educação básica, ingressar no ensino superior	UNESCO – Criança Esperança	R\$195.098	100

O Estatuto da Gerar atende a Lei Federal n 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 1067/2016, nos seguintes itens obrigatórios: CAPÍTULO II, Artigo 6º, Artigo 7º, Artigo 8º.

10. Formas de acesso do público: Através de parceria firmada com a Fundação de Ação Social, serão indicados para participarem do projeto os adolescentes de 15 até 17 anos, referenciados nos equipamentos da Assistência Social, principalmente CRAS e CREAS.

11. Articulação em rede: Tendo em vista que a Gerar possui diversos projetos em execução e, em todos eles, a prioridade para atendimento é do público em situação de vulnerabilidade social e/ou renda e, considerando que os equipamentos que realizam o atendimento do público final estão localizados dentro dos territórios e, por isso, os profissionais que neles atuam possuem maior conhecimento sobre o perfil do público e territorial, a Gerar ao longo dos anos vem buscando estar cada vez mais próxima dos equipamentos da rede socioassistencial visando ter maior assertividade em suas ações, tendo êxito em propiciar maiores possibilidades de mudança social através de ações socioeducativas ao público que, de fato, não tem acesso a tais conteúdos a não ser através dessas ações de base comunitária e a parceria e articulação com os equipamentos da rede, tanto os de atendimento, quanto os de gestão, possibilitam esse alcance. Durante a seleção de participantes para os projetos, a OSC busca firmar e manter uma relação próxima com os equipamentos da rede para que sejam indicados participantes de acordo com o perfil descrito em seus planos de trabalho como sendo o público alvo. Além disso, durante a execução, a equipe de atendimento social realiza o acompanhamento dos participantes visando identificar demandas que necessitem de intervenção e, quando identificadas, são encaminhadas ao equipamento da rede responsável por atender tal solicitação, sendo os principais CRAS, CREAS, CAPS e Unidades Básicas de Saúde.

Impacto social esperado:

Impacto Esperado	Instrumento
Ampliar a possibilidade de inserção de adolescentes, de 15 até 17 anos, no mercado de trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> - Planilha de monitoramento de encaminhamento para entrevistas do Programa Aprendiz Legal - Feedback da equipe de recrutamento referente ao resultado do encaminhamento para entrevista; - Depoimentos
Ampliar a compreensão dos adolescentes e seus responsáveis sobre como a	<ul style="list-style-type: none"> - Lista de frequência; - Registro fotográfico;

sexualidade, relações de gênero, preconceito, drogadição e os múltiplos aspectos desses temas, interferem em suas vidas.	- Depoimentos;
Promover o desenvolvimento pessoal e a apropriação do conhecimento a respeito de direitos e deveres previstos no ECA e leis trabalhistas e previdenciárias.	-Relatório de atividade; -Lista de frequência; - Registro fotográfico;
Promover o autoconhecimento e a formação humana por meio de práticas socioeducativas interativas e interessantes para adolescentes que abordem conteúdos focados no planejamento de vida e profissional.	- Construção do plano de vida individualmente; - Pesquisa a ser aplicada no primeiro e no último dia de aula com o objetivo de mensurar nível de conhecimento anterior e posterior à participação no projeto; - Pesquisa de satisfação a ser aplicada tanto aos alunos, quanto aos responsáveis; -Registro de atividades; - Lista de presença;
Preparar os adolescentes e suas famílias para compreenderem o mercado de trabalho e como deve ser sua postura durante uma entrevista de seleção.	- Relatório de atividade; - Lista de frequência; - Registro fotográfico; - Avaliação das atividades realizadas;
Promover maior responsabilização dos responsáveis pelos adolescentes participantes.	- Listas de presença; - Avaliação da atividade desenvolvida; - Registro fotográfico;

3 - APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O Brasil, nos últimos tempos, viveu uma grande modificação demográfica, relativa à queda da mortalidade infantil e da fecundidade; o aumento da expectativa de vida; sendo que, atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a geração de crianças, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos de

idade representa um total de 51.402.821, correspondendo a 26,9% do total da população brasileira (IBGE, 2010).

Esse número é muito expressivo uma vez que mostra que praticamente um terço da população brasileira ainda está em processo de desenvolvimento físico e psíquico, sendo a construção da identidade pessoal, que ocorre nesse período, uma das tarefas mais importantes da adolescência, sendo o passo crucial da transformação do adolescente em um adulto produtivo e maduro e bem desenvolvido tanto socialmente, quanto psicologicamente.

Nesse sentido, é importante destacar que o adolescente se encontra em uma fase do desenvolvimento humano na qual se faz necessário ficar atento às características físicas, psicológicas e sociais, sendo imprescindível uma diversidade de ações para promover seu desenvolvimento na sociedade de maneira a suprir integralmente suas necessidades de educação, saúde, moradia, esporte e lazer, dentre outros que são, além de necessidades, direitos constituídos à esse grupo populacional, devendo haver ações que viabilizem o acesso a eles, tanto no sentido de prevenção de violações, como no sentido da promoção de direitos e assistência.

Para o Ministério da Saúde (MS) a adolescência é tida como uma fase de potencialidades e vulnerabilidades relacionadas às mudanças psíquicas, sociais e biológicas, que são características dessa fase do desenvolvimento humano, o que tem gerado uma crescente preocupação de diversos setores da sociedade. Deste modo, a implementação de políticas e programas para este segmento populacional vem se tornando um grande desafio, considerando o grande contingente populacional que estes grupos representam, a importância do desenvolvimento integral de suas potencialidades e os riscos e expressões da questão social as quais esse grupo está exposto (BRASIL, 2012).

Em Curitiba, segundo Dados do IBGE, 2010, 20% da população é composta por adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, conforme tabela abaixo:

Idade	Curitiba		Paraná		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	54.642	53.277	363.112	350.925	7.016.614	6.778.795
5 a 9 anos	57.263	54.785	390.883	377.509	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	66.150	63.843	463.552	445.519	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	70.051	69.461	469.762	458.869	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	78.657	79.897	451.739	449.593	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	81.266	84.484	436.675	443.557	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	75.240	79.990	410.438	425.939	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	66.109	71.894	384.351	403.019	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	61.693	68.688	372.379	394.269	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	56.039	66.648	336.461	363.723	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	48.048	58.683	282.641	309.977	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	39.047	47.963	231.993	256.686	3.902.183	4.373.673
60 a 64 anos	28.967	36.826	180.838	201.289	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	19.615	26.345	133.729	151.451	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	14.126	20.330	99.314	114.342	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	9.364	15.272	64.121	80.272	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	5.594	10.542	36.887	50.561	668.589	998.311
85 a 89 anos	2.404	5.288	15.588	23.876	310.739	508.702
90 a 94 anos	630	1.943	4.945	8.998	114.961	211.589
95 a 99 anos	167	536	1.273	2.538	31.528	66.804

IBGE: Censo 2010.

Buscando conhecer melhor as realidades nas quais a juventude brasileira está inserida, não basta conhecer apenas os números quantitativos, é necessário saber a qualidade de vida a qual estão submetidos, conhecer as suas condições demográficas, bem como suas especificidades e expressões da questão social que perpassam suas vidas, produzindo fatores que geram as desigualdades sociais e que refletem a própria condição da sociedade brasileira.

Assim, alguns apontamentos sobre as desigualdades em função da renda familiar, da localização geográfica e da etnia-raça nos permitem criar um retrato, não fidedigno, tendo em vista o número de variáveis que os cercam: a faixa de renda familiar per capita de aproximadamente 60% dos adolescentes e jovens é limitada a até um salário mínimo, dos quais 12% até um quarto de um salário mínimo, aproximadamente (IBGE, 2010). Ainda sobre a questão de renda, diversos estudos demonstram que os adolescentes e jovens que vivem em situação de vulnerabilidade e/ou risco enfrentam maiores dificuldades do que aqueles que possuem maior poder aquisitivo para se inserirem no mercado de trabalho; quando se fala na conquista de um emprego formal, essa dificuldade é ainda maior. Segundo dados do IBGE, a média de desemprego aberto para a faixa etária de 15 a 24 anos era aproximadamente 18%, mas, considerando diferentes faixas de renda, a taxa era de 26,2% para os mais pobres e de 11,6% para os ricos. Entre jovens trabalhadores pobres, 41,4% eram assalariados, dos quais 74,3% sem registro formal em carteira de trabalho, enquanto entre ricos 77,1% eram assalariados, dos quais 49% possuíam registro formal em carteira de trabalho. Analisando tais dados é possível verificar que a proporção de jovens com renda regular e com carteira de trabalho assinada é relativamente mais de 3,5 vezes menor para os que são pobres.

Um gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizado em 2006, referente à distribuição da população jovem segundo a situação de trabalho e de estudo, revela que, no Brasil, 66% da população jovem está no mundo do trabalho, trabalhando ou em busca de trabalho. O grupo de jovens e adolescentes que só estudam formam um contingente de 21%, e 13% compõem o grupo dos jovens que não estudam, não trabalham e não procuram emprego. Esse dado se torna muito expressivo e preocupante quando analisamos sob a ótica da importância que o trabalho possui na formação da identidade do indivíduo e sua maneira de se relacionar com o meio no qual vive.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2009) demonstra que, ao contrário dos adolescentes e jovens de maior renda, os de baixa renda se submetem

a empregos de baixa qualidade e mal remunerados, o que de certa forma os mantém dependentes financeiramente de suas famílias, e até mesmo sendo uma peça fundamental no auxílio da manutenção da subsistência familiar. O fato de ter baixa escolaridade e quase, ou nenhuma, qualificação profissionalizante, os mantém na linha do subemprego ou informalidade.

O Brasil atualmente passa por uma crise no trabalho, e se evidencia o aumento do desemprego, rebaixamento da renda assalariada, incremento do trabalho informal e uma grande dificuldade para os trabalhadores serem incluídos no mercado de trabalho. Esse mergulho na crise econômica chegou associado às reformas do Estado e ajustes econômicos, tudo isso implicando a dispensa em massa de mão-de-obra humana.

Os adolescentes e jovens enfrentam dificuldades adicionais para encontrar trabalho e nele se manterem, uma vez que além da falta de experiência, encontram poucas oportunidades. Mais uma vez, isso fica significativamente mais evidente entre aqueles em situação de vulnerabilidade e/ou social, pois eles são impelidos a buscarem uma ocupação e obter uma renda a fim de auxiliar na subsistência de suas famílias ou garantir a própria sobrevivência, comprometendo a possibilidade de formação escolar e de maior qualificação profissional, as quais no futuro podem ter uma grande contribuição negativa para sua colocação e continuidade no mercado de trabalho. Ainda nos casos nos quais esses adolescentes e jovens conseguem conquistar um emprego formal, dependendo do tipo de trabalho e ambiente no qual é inserido, isso pode acarretar malefícios ao seu bem estar, comprometendo seu desenvolvimento integral.

Diante do exposto, a proteção desse público deve ter como centralidade a garantia de direitos, entre eles essencialmente o acesso à educação e ao trabalho, visando à formação e a qualificação para garantir a efetiva inserção no mercado de trabalho (ECA), além da oferta de cursos de formação humana e profissionalizante que os apoiem e os fortaleçam nesse sentido, há também a necessidade de que a sociedade se organize a fim de fiscalizar rigorosamente o trabalho irregular de crianças, adolescentes e jovens, mobilizando-se e articulando-se com as políticas

públicas, tais como a Lei 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem), que atualmente se evidencia como a política mais efetiva para a juventude brasileira no sentido da prevenção do trabalho infantil e irregular, uma vez que propicia, de forma lícita e segura, a geração de renda, a continuidade no ensino regular e uma formação profissional.

Tendo em vista o cenário acima exposto, a Gerar propõe realizar nas 10 regionais de Curitiba (BAIRRO NOVO, BOA VISTA, BOQUEIRÃO, CAJURU, CIC, MATRIZ, PINHEIRINHO, PORTÃO, SANTA FELICIDADE, TATUQUARA) cursos de formação direcionados à Cidadania e Informática, ofertados à adolescentes de 15 até 17 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, de forma a possibilitar oportunidades de transformação social e melhoria de vida, bem como de inclusão no mercado de trabalho como aprendizes, pois após a conclusão do curso poderão ser encaminhados para vagas de aprendizagem nas empresas parceiras da GERAR que estiverem localizadas nas regiões que residem, tendo maior preparo e possibilidades de sucesso em futuros processos seletivos. Essa proposta visa o impacto social não apenas na vida do participante, mas também para suas famílias e comunidades nas quais estão inseridos através de ações voltadas aos familiares.

Salienta-se que as regionais acima mencionadas compreendem em seus territórios comunidades periféricas, nas quais existem comunidades onde muitas famílias residem em situação de pauperismo e estão expostas a situações de pauperismo e violências, sendo localidades segregadas por políticas urbanas e outros fatores sociais, políticos e econômicos. Cabe enfatizar que essa segregação na periferia não foi uma política equivocada apenas do Município de Curitiba, mas aderida em muitas outras cidades nas quais, atualmente, é possível notar as consequências da exclusão social, que acarreta altos índices de mortes violentas dos jovens na faixa etária sugerida por este projeto, drogadição, tráfico de drogas, gravidez na adolescência, a violência na sua forma mais gratuita, falta de mobiliário urbano que atenda as demandas da comunidade, entre outras mazelas que perpassam as comunidades locais. Todos estes fatores são frutos diretos da desigualdade social e da falta de ações preventivas, que se torna um círculo vicioso na vida dos adolescentes destas

comunidades que acabam por não conhecerem outras possibilidades a não ser aquela realidade a qual são expostos diariamente. Para romper este ciclo, é imprescindível oferecer a eles oportunidades que venham de encontro ao momento que estão vivendo e as necessidades que enfrentam, pois sabe-se que a adolescência por si só já é uma fase de muitas mudanças físicas e psíquicas, de construção de conhecimento, postura pessoal e também de muitas escolhas. É necessário oferecer a eles subsídios que oportunizem boas escolhas, que possam verificar a existência de outras possibilidades além daquelas que já conhecem e sejam auxiliados na identificação e fortalecimento de suas habilidades e competências pessoais, independentemente do local onde residem e de suas histórias pessoais.

Além da conjuntura acima destacada, sabemos que nossa sociedade está em constante mudança e que nas últimas décadas houve uma revolução nas áreas das tecnologias, inserindo a informática nos mais diversos segmentos da sociedade e da vida cotidiana das pessoas. O acesso à tecnologia passou a ser fator fundamental a inclusão social ao se considerar que ela está cada vez mais presente no dia-a-dia das pessoas, seja no trabalho, na vida social, no lazer e, principalmente, nas ferramentas de comunicação. Deriva-se dessas alterações diferentes maneiras de organização social, cultural, política e econômica, originando também novas formas de exclusão, dentre elas, a digital. Atualmente, esta exclusão afasta o sujeito não só da informação, mas também do mercado de trabalho e de possibilidades de novos conhecimentos e relações pessoais. Em relação ao mercado de trabalho, a informática se tornou fator imprescindível, sendo que dificilmente veremos um local ou setor das empresas que não utilize computadores, explicitando a necessidade premente da inclusão digital, que consiste em um processo que busca levar o adolescente à aprendizagem do uso das tecnologias e ao acesso à informação disponível nas redes, especialmente aquela que traz um referencial para sua vivência diária, suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e a comunidade no qual está inserido.

Uma vez que este plano de trabalho visa oportunizar maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho para adolescentes de 15 até 17 anos, preferencialmente aqueles em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, o projeto prevê a adoção e utilização de ferramentas, iniciativas e práticas de desenvolvimento de competências e habilidades, com o intuito de formar seres humanos integrais e fortemente vinculados aos valores de cidadania.

Deste modo, as ações previstas são ações integradas, orientadas e assistidas, visando oportunizar atividades e informações que contribuam na sociabilização, no resgate dos valores, na conquista da cidadania, na retomada de perspectivas e esperança de um futuro melhor, onde cada participante possa assumir sua vida conquistando autonomia, seja pessoal ou profissional, potencializando o desejo pela educação e escolaridade e o conhecimento e acesso aos seus direitos sociais, entre eles o trabalho.

Considerando esse conjunto de fatores, o projeto prevê ações de articulação com a rede de serviços socioassistenciais e demais componentes da rede de proteção, com as famílias e com os adolescentes. As primeiras ações compreendem a mobilização dos parceiros de execução das regionais que serão atendidas, principalmente os CRAS e CREAS, que serão mobilizados através da Diretoria de Qualificações e Relações do Trabalho – FAS informando sobre a proposta, critérios de seleção e possíveis ações de apoio, que poderão fortalecer o projeto e garantir a continuidade do jovem e efetividade do curso de formação, utilizando folders e cartazes como meio de aumentar o alcance do projeto nas regionais. Essa parceria é de extrema importância para o projeto uma vez que são esses equipamentos alocados nos territórios, conhecendo a realidade local e realizando o acompanhamento do público referenciado. Após a reunião informativa e alinhamentos para a indicação dos adolescentes, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade e/ou risco social que são assistidos pelos equipamentos acima citados, será organizado o início das aulas nas Regionais, de acordo com o Cronograma.

O processo de seleção em cada uma das Regionais se dará através da indicação de adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou risco social dos

atendidos pela Fundação de Ação Social. Em caso de vagas não preenchidas pelo público da Assistência Social, as remanescentes serão ofertadas à adolescentes que apresentarem as melhores notas e/ou frequência no ensino regular, ou ainda, aqueles que se interessarem em participar do projeto. A participação estará aberta também aqueles adolescentes que já tiverem concluído o Ensino Médio, desde que atendam a faixa etária mencionada.

Terão prioridade no atendimento, de acordo com a Resolução 82/2015 do Conselho Municipal de Assistência Social:

- Pessoas em situação de extrema pobreza;
- Integrantes de Programas Sociais;
- Beneficiários de Programa de Transferência de Renda;
- Famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo;
- Pessoas com deficiência, em observância ao Decreto nº 5296/2004;

Para a efetivação da inscrição do adolescente no projeto, serão solicitados os documentos abaixo:

- RG (Identidade);
- CPF;
- Carteira de trabalho;
- Cartão transporte;
- Comprovante de matrícula e frequência escolar ou histórico escolar e declaração de conclusão em caso de concluintes do Ensino Médio;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de renda de todos os integrantes da família;

Após a seleção dos participantes, será realizada a reunião com os pais, responsáveis e/ou outros familiares, onde serão abordadas questões referentes ao desenvolvimento do projeto, responsabilidades pertinentes aos participantes, às famílias e à Gerar, tais como a importância do planejamento de vida, da escola e do apoio familiar.

O início das aulas ocorrerá após a realização da reunião, e acontecerão nos espaços disponibilizados pela Diretoria de Qualificações e Relações para o Trabalho – FAS, conforme disponibilidade e demanda. As aulas acontecerão de segunda a sexta, em contra turno escolar, havendo turmas no período da manhã e/ou tarde, com 20 alunos em cada turma e duração de 04 horas diárias, totalizando uma carga horária de 80 horas, compreendendo conteúdos de formação humana e informática básica. Para a execução das aulas práticas de informática, serão utilizados equipamentos (notebooks) provenientes de locação, uma vez que os que a OSC já possui não são suficientes para atender a demanda e os que pertencem à Fundação de Ação Social já são utilizados para outras atividades e programas.

Ao fim, os participantes serão certificados e terão prioridade no encaminhamento às vagas de aprendizagem nas empresas parceiras da Gerar, quando enquadrados nos requisitos solicitados pela empresa na abertura da vaga.

O planejamento das aulas a serem ministradas terá previsão e execução de conteúdos que primam pela formação humana, explicitando direitos e deveres enquanto cidadãos e trabalhadores, postura profissional e cidadã, bem como ética; e qualificação em informática, abordando os seguintes temas e cargas horárias:

FORMAÇÃO HUMANA – 40 HORAS

1. Tema: Planejamento de vida e financeiro

Carga Horária: 12 horas

Descrição: Desenvolver através de reflexão crítica os objetivos de vida e os caminhos que serão trilhados para atingi-los, compreendendo a necessidade do planejamento financeiro e de vida. Reforçar a importância do Ensino Regular, Técnico e Profissionalizante.

2. Tema: Noções de direitos trabalhistas e previdenciários e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

Carga Horária: 4 horas

Descrição: Relacionar legislação trabalhista, direitos previdenciários e sua aplicabilidade na juventude; aprofundar o entendimento da defesa dos direitos e

seus reflexos na dinâmica social; apresentar os direitos das crianças, adolescentes e jovens; estabelecer a relação entre infância, adolescência, juventude e trabalho com ações da sociedade civil para o combate ao trabalho irregular.

3. Tema: Direitos humanos, com enfoque no respeito à orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião política

Carga Horária: 8 horas

Descrição: Relacionar o tema de direitos humanos com o cotidiano das comunidades e das pessoas; refletir sobre a convivência democrática, os direitos e deveres de cada um e ética no contexto social; analisar oportunidades presentes na sociedade, em função da diversidade étnico-cultural, ações afirmativas e outras políticas de diversidade.

4. Tema: Prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas

Carga Horária: 8 horas

Descrição: Ampliar o ponto de vista dos participantes sobre a temática do uso das drogas.

5. Tema: Educação para a saúde sexual reprodutiva, com enfoque nos direitos sexuais e nos direitos reprodutivos e relações de gênero.

Carga Horária: 4 horas

Descrição: Esclarecer sobre direitos sexuais e reprodutivos disponíveis aos cidadãos na rede pública de atendimento; oferecer condições para compreender a sexualidade e seus múltiplos aspectos (afeto, corpo, percepção e interação com o outro, direitos, serviços, atendimento) como mais uma dimensão da vida.

6. Temas: Organização, planejamento e controle do processo de trabalho

Carga Horária: 4 horas

Descrição:

Objetivos: Compreender o mundo do trabalho, analisando suas características e seus modos de funcionamento. Marketing pessoal e postura profissional, aprofundando o entendimento sobre a importância de planejar suas rotinas pessoal e profissional.

INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA – 40 HORAS

1. Tema: Introdução à informática Básica

Carga Horária: 40 Horas

Ementa:

- Noções básicas de sistemas computacionais.
- Noções básicas de edição de texto.
- Noções básicas de planilhas eletrônicas.
- Noções básicas de software de apresentação.
- Uso a Internet como fonte de pesquisa acadêmica.

Descrição: Introduzir as noções elementares do uso e dos recursos do computador. Introduzir noções básicas de um editor de texto, de planilhas eletrônicas e recursos computacionais de apresentação de trabalhos acadêmicos.

Conteúdo programático:

1. Noções Básicas de Sistemas Computacionais

1.1 Processamento de Dados

1.2 Hardware e Software

1.3 Noções básicas de sistemas operacionais: manipulação de arquivos e diretórios; configurações básicas de desktop

1.4 Redes de Computadores

2. WORD - Editores de Texto

2.1 Recursos e Propriedades

2.2 Formatação de textos e imagens

2.3 Recursos Avançados

2.4 Utilitários e Ferramentas

3. EXCEL - Planilhas eletrônicas

- 3.1 Recursos e Propriedades
- 3.2 Formatação de Células e Fórmulas
- 3.3 Gráficos - Edição e Formatação
- 3.4 Noções de Lógica de programação
- 3.5 Recursos Avançados e Programação

4. PRÉZI E POWER POINT - softwares de Apresentação

- 4.1 Recursos e Propriedades
- 4.2 Criar e salvar uma apresentação
- 4.3 Criar slides: layout, página mestre
- 4.4 Editar slides com textos, figuras, tabelas e animações

5 . INTERNET E WEB

- 6.1 Introdução
- 6.2 Recursos e Propriedades
- 6.3 Ferramentas de Busca, Comunicação e etc;
- 6.4 Segurança.

Após a execução das aulas, será realizada uma reunião com os pais e/ou responsáveis e familiares visando apresentar o conteúdo que foi trabalhado com os adolescentes e a apresentação de um “trabalho de conclusão”, apresentado pelos participantes. Nesse momento será, ainda, realizada as orientações referentes ao encaminhamento para as vagas de aprendizagem. Ao final, aos concluintes (aqueles que tiverem, no mínimo, 75% de frequência) será realizada a entrega de certificados em cerimônia organizada pela OSC.

No que se refere aos desistentes, cabe salientar que serão realizadas tentativas de resgate para que não haja a evasão, visando que o objetivo geral do projeto seja atingido e que haja o impacto social positivo esperado. Entre os procedimentos adotados para evitar a evasão estão o monitoramento diário da frequência dos participantes, contato telefônico com o adolescente e familiar responsável assim que

detectada ausência, em casos nos quais for verificada demanda visitas domiciliares, acompanhamento semanal presencial aos participantes (ao menos duas vezes durante a semana) visando o estabelecimento de vínculo e verificação de eventuais demandas. Esses procedimentos serão realizados pela Assistente Social e demais componentes da equipe de acompanhamento. Ainda no que se refere a desistências, tendo em vista que para ser certificado o participante precisa cumprir, ao menos, 75% da carga horária e que o projeto propõe-se a oportunizar a participação de 200 adolescentes, nos casos em que houver desistências, as vagas em aberto serão disponibilizadas para preenchimento durante a primeira semana de execução das aulas.

Para a execução das ações aqui previstas, será necessário contar com os serviços de Educador com formação nas áreas necessárias para a ministração das aulas, tanto de formação humana, quanto de informática. Além disso, é necessária uma equipe para apoio pedagógico e acompanhamento social, sendo composta por profissionais da Pedagogia e Serviço Social, além de Assistente Administrativo para apoio nas demandas administrativas. Para coordenar e realizar a gestão do projeto, bem como a elaboração de relatórios de execução, de organização e gestão da equipe, será necessário um profissional para a Coordenação Geral. Para realizar o encaminhamento dos concluintes da formação, será necessário o suporte do Recrutador. É previsto em planilha financeira os custos de encargos trabalhistas, bem como benefícios (vale-transporte e vale-refeição) para a equipe que irá se deslocar diariamente para o planejamento do projeto na matriz da OSC. Também está previsto o rateamento de aluguel do prédio que abriga a sede matriz, onde está alocada a sala para a equipe fixa, bem como de planejamento e administração do projeto, além disso, tendo em vista que o projeto acontecerá de segunda a sexta-feira, durante, em média, 4 semanas (1 mês), se faz necessária a contratação de locação de veículo e aquisição de combustível para o deslocamento, uma vez que o instrutor fará uso de vale transporte para se deslocar de sua residência para a matriz da Gerar (onde fará os planejamentos de aula e possíveis reuniões e comunicação com a equipe), porém, o deslocamento da matriz da OSC para os locais de aula será realizado com veículo locado e combustível adquirido com recursos advindos de emenda parlamentar que custeará a execução do projeto. O veículo locado e combustível será utilizado tanto pelo instrutor, que estará na matriz da OSC diariamente realizando o planejamento da

aula do dia, quanto para a parte da equipe de execução e acompanhamento que irá transitar entre as regionais ao menos duas vezes semanais para acompanhamento de situações não relacionadas às aulas, realizar aplicação de orientações, caso necessário, realizar reuniões com responsáveis, e também, transportar equipamentos (notebooks) locados para as atividades, que será realizado até a regional no início das aulas e retirado do local ao final (diariamente).

Tendo em vista que o público ao qual o projeto pretende atingir como alvo das ações está em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, será prevista, ainda a aquisição de vale transporte para os participantes, que será custeado pela emenda municipal, considerando que as regionais do município e Curitiba são amplas em questão de território e que muitas, para se deslocar até o equipamento e participar do projeto, é necessário o deslocamento por meio de transporte público e que, o não fornecimento desse subsídio pode ser um determinante para a não participação e/ou desistência do participante. Ainda considerando o público alvo e suas especificidades, será, ainda, prevista a aquisição de lanches para os participantes, sendo fornecido diariamente no período que ocorrerem as aulas do curso (segunda a sexta-feira), de acordo com as normativas da vigilância sanitária, conforme previsão na Resolução 82/2015 do Conselho Municipal da Assistência Social. Para auxiliar na identificação dos participantes, está prevista em planilhas financeiras a aquisição de camisetas para os participantes, e também aquisição de mochila personalizada, pois não apenas fortalece o senso de pertencimento e identidade, mas também proporciona um meio prático e funcional para o transporte de materiais, incentivando o engajamento contínuo nas atividades do projeto, reforçando ainda a segurança com a identificação do Projeto, além de certificados para formalizar a conclusão do curso, que se faz fundamental para reconhecer e valorizar suas contribuições, incentivando a participação da carga horário mínima de 75% de frequência do projeto.

Através das ações descritas neste Plano de Trabalho, além de levar ações que oportunizam maiores chances de inserção no mercado de trabalho, espera-se que, ao participarem das reuniões e ministração dos conteúdos, tanto os adolescentes, quanto seus familiares, tenham uma ampliação na compreensão sobre como a sexualidade, relações de gênero, preconceito, drogadição e os múltiplos aspectos desses temas, interferem e impactam em suas vidas; além disso, busca-se a promoção do desenvolvimento pessoal e a apropriação do conhecimento a respeito de direitos e deveres previstos no ECA e leis trabalhistas e previdenciárias. Espera-se que, ao fim da participação, os adolescentes e seus familiares estejam preparados e compreendam o mercado de trabalho e como deve ser sua postura durante uma entrevista de seleção.

Cabe salientar que, em caso de calamidade pública, a execução do serviço atenderá às orientações da Administração Pública.

4- JUSTIFICATIVA

Atualmente pode-se compreender que o mercado de trabalho é o principal instrumento de redistribuição social e de renda, uma vez que é a partir de recursos advindos dele que grande parcela da população consegue condições de subsistência.

¹

Tendo em vista tal informação, pode-se afirmar que a falta de acesso ao trabalho compromete a sobrevivência digna dos indivíduos; em pesquisa e matéria realizada pela economista Patricia Costa e divulgada no portal de notícias eletrônico UOL², foi enfatizado que os adolescentes e jovens pobres, com idade entre 16 e 24 anos, encontram maior dificuldade em conquistarem um emprego formal e nele se manterem. Segundo ela, quando se analisa os critérios de seleção, sempre vão se sobressair aqueles que fazem parte de famílias com maior renda, pois esses têm acesso à informação e qualificação profissional, conseguem inserir em seu currículo cursos de idiomas, de profissionalização e uma formação no ensino regular em bons colégios, enquanto esses aspectos são dificultados aos que possuem menor renda.

Esse mesmo meio de comunicação divulgou, em 2021, que 70% dos jovens brasileiros continuam com dificuldade em conseguir um emprego, e uma das principais barreiras é a falta de qualificação³. Sabe-se que, aos adolescentes e jovens advindos de famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, muitas vezes resta apenas uma escolha: optar por continuar estudando ou trabalhar, geralmente informalmente, para auxiliar na subsistência familiar. Quando se trata de sobrevivência e necessidades básicas, essa escolha se torna uma obrigação e o jovem acaba optando por auxiliar a família. O que ocorre é que, em um futuro não muito distante, essa escolha acarreta em malefícios, principalmente no que se refere à colocação no mercado de trabalho e a ocupação de postos de trabalho. Aqueles que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos, de ter acesso à informação e à qualificação, encontrarão uma dificuldade iminente em se colocar em empregos

¹ <https://www.scielo.br/j/nec/a/tkxjp5mGYsQ35VbykRxjMqw/?lang=pt>

²

<https://portal.aprendiz.uol.com.br/content/jovens-ricos-tem-mais-chance-de-emprego-mostra-pesquisa>

³

https://cultura.uol.com.br/noticias/27182_70-dos-jovens-brasileiros-tem-dificuldade-para-encontrar-vaga-de-emprego.html

formais e, quando o consegue, são em cargos subalternos, com baixa remuneração e alto esgotamento físico. Essa parcela da população que já é diariamente exposta à diversas violações de direitos, acaba sendo impelida da formalidade e migrando para o mercado informal, sendo suprimidos ainda mais direitos trabalhistas, previdenciários e sociais.

Nesse sentido, a Lei 10.097/2000 – Lei da Aprendizagem – é um importante marco legal para regular as atividades laborais de jovens e adolescentes entre 14 e 24 anos, resguardando seus direitos, estimulando a continuidade e manutenção do estudo no ensino regular e levando, paralelamente a isso, uma qualificação profissional. Todavia, apesar de sua grande e notável relevância nesse sentido, acaba-se esbarrando na mesma barreira citada ao longo desse Plano de Trabalho: a preferência dos contratantes por aqueles adolescentes e jovens que apresentam maior qualificação e que, geralmente, são pertencentes à grupos com maior renda, voltando a questão de dificuldade de inserção dos que possuem menor poder aquisitivo. Para trazer a concretude tal dificuldade, em 2019 o portal de notícias eletrônicas G1 realizou uma matéria na qual trazia a história de duas jovens, moradoras de uma comunidade em Curitiba, que enfrentavam grandes dificuldades de conquistarem um emprego e, em contrapartida, tinham a necessidade de gerar renda para contribuir com a subsistência familiar; na matéria, chegaram a afirmar que inclusive o local no qual residiam já afastava as oportunidades de emprego e que, por isso, resolveram suprimir tal informação de seus currículos. Uma delas relatou que as principais dificuldades eram a falta de experiências e qualificações e que o preconceito por parte dos contratantes dificultava ainda mais, pois optavam por contratar pessoas que residiam em outras regiões da cidade por não morarem em comunidades periféricas. Ao mesmo tempo que relataram tal dificuldade em acessarem renda de maneira lícita, também expuseram que os modos ilícitos oferecem “dinheiro fácil e rápido” na região, e que muitos jovens, por falta de oportunidade, acabam optando pela segunda alternativa.⁴

4

<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/06/21/na-busca-por-trabalho-jovens-de-comunidade-pob-re-de-curitiba-negam-lugar-onde-vivem-em-entrevistas-de-emprego.ghtml>

Quando apresenta-se uma exceção na qual o adolescente advindo de tal realidade consegue se inserir no mercado, surgem outras questões latentes no dia a dia, sendo os principais fatores o comportamento e a falta de conhecimento tecnológico necessário para o cotidiano empresarial. Segundo o IMDS – Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social – a falta de acesso a computadores e demais ferramentas tecnológicas, como internet, ainda é um obstáculo que atinge muitos jovens e adolescentes, a maioria em situação de pobreza e extrema pobreza. Ainda segundo o Instituto, o acesso a esses recursos pode mudar a trajetória dos indivíduos e romper ciclos de pobreza, falta de acesso a bens e serviços e violação de direitos, ampliando as oportunidades.⁵

Além disso, é importante não apenas buscar a qualificação tecnológica e a inserção dos adolescentes ao mercado de trabalho formal, mas também preocupar-se com a sua manutenção nele. Questões comportamentais figuram como as maiores causadoras de desligamentos nas empresas a pedido do empregador, uma pesquisa realizada em 2021 demonstra que as empresas contratam pelo perfil técnico, mas 91% das demissões ocorrem devido ao perfil comportamental dos colaboradores. Frente a falta de acesso à informação, qualificação e preparo profissional para aderir à postura correta no ambiente de trabalho, as chances de permanência no emprego são diminuídas, necessitando de ações que trabalhem esses fatores com os adolescentes.

Entendemos que a Informática, alinhada à formação humana, pode ser elemento fundante para a emancipação dos sujeitos, sendo fundamental para que os adolescentes participantes do projeto se desenvolvam de maneira integral e que, através dela, possam transformar a realidade social atual na qual estão inseridos e, aos olhos deles, parece imutável, uma vez que tal conjuntura pode, ainda, incluir a dependência de políticas e programas sociais, principalmente de transferência de renda; porém, cabem às ações como as previstas neste plano de trabalho, mostrar aos participantes que sua realidade pode ser alterada através do acesso ao conhecimento

5

<https://imdsbrasil.org/em-pauta/materias/8/sem-computador-e-internet-jovens-mais-pobres-tem-menos-oportunidades>

e aos direitos garantidos à eles. Sem acesso a um conteúdo e formação como a que está prevista nessa proposta, que promova mudanças profundas nas formas de pensar e vislumbrar as possibilidades futuras e que, consequentemente, acabam refletindo em suas famílias, não será possível garantir efetivamente o aproveitamento do curso de informática, pois apenas o conhecimento técnico não é suficiente para que este adolescente se coloque positivamente frente aos desafios enfrentados no seu dia a dia e assumam de forma autônoma suas vidas, uma vez que não basta apenas potencializar as novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, mas deve-se também pensar na manutenção deste adolescente em seu emprego.

Este projeto oferece um grande potencial transformador na vida desses adolescentes e das comunidades onde estão inseridos, uma vez que o participante será multiplicador das ideias e conceitos que aprenderá, levando para a sua realidade e de sua família uma nova experiência de vida, na qual visualizará maneiras de superar os desafios e encontrará alternativas para alcançar o seu crescimento pessoal e profissional, tendo ao seu alcance ferramentas e conhecimentos para utilizar-se, de maneira que o alcance do sucesso dependerá da somatória da utilização desse repertório unido à força de vontade e disciplina, conceitos amplamente estimulados durante a ministração do conteúdo.

Quando se eleva a educação da juventude e da comunidade, em todos os seus níveis, tem-se verdadeiras mudanças na realidade social.

5 - OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Oportunizar maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho para adolescentes de 15 até 17 anos.

Objetivos Específicos:

- Identificar e/ou selecionar adolescentes, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, para participação no projeto;

- Ampliar os conhecimentos dos adolescentes selecionados no que diz respeito à informática básica e questões comportamentais para o mundo do trabalho
- Inserir os participantes concluintes da Formação em ações de inclusão produtiva, preferencialmente em vagas de aprendizagem profissional.

6 - CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Quantidade	Cargo	Escolaridade	Carga horária semanal
1	Educador	Ensino Superior	40 h
1	Assistente Social	Bacharel em Serviço Social	30h
1	Coordenador Pedagógico	Licenciatura em Pedagogia	44h
1	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo ou Superior em andamento	44h
1	Coordenador Geral	Ensino Superior Completo	44h
1	Recrutador	Ensino Superior Cursando/Completo em RH ou áreas correlatas	44h

6 - INSTALAÇÕES FÍSICAS

As atividades serão realizadas em equipamentos da Fundação de Ação Social das 10 regionais de Curitiba, conforme disponibilidade de espaço físico e de acordo com a demanda apresentada.

7 - PÚBLICO ALVO

Adolescentes, preferencialmente em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, indicados pela Fundação de Ação Social com idade entre 15 e 17 anos, que estejam matriculados e frequentando o ensino regular ou que já tenham concluído o Ensino Médio.

8 - NÚMERO DE METAS DE ATENDIMENTO

Atender 200 adolescentes durante o período de 16 meses, inserindo, no mínimo, 25% dos participantes que atingirem 75% de frequência em ações de inclusão produtiva, preferencialmente em vagas de aprendizagem profissionalizante.

9 - HORÁRIO DE ATENDIMENTO:

Segunda-feira até sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h até as 17h; ou 13h30m até 17h30m, a depender do horário de funcionamento do equipamento em questão.

10 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Objetivo Específico	Ações/Atividades a serem realizadas	Prazos ou periodicidade	Responsável	Indicador de Resultado	Forma de Mensuração dos Indicadores
Identificar e/ou selecionar adolescentes, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, para participação no projeto;	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com os equipamentos da rede de Assistência Social - Contato telefônico - Inscrição dos adolescentes no projeto 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> - Assistente Social - Coordenação Geral - Assistente Administrativo 	<ul style="list-style-type: none"> - 200 Adolescentes selecionados para participar do projeto, sendo que 75% devem ser concluintes do percurso formativo. - 10 Reuniões com as equipes das regionais, uma por regional 	<ul style="list-style-type: none"> - Lista de presença - Inscrições - Registro fotográfico

<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar os conhecimentos dos adolescentes selecionados no que diz respeito à informática básica e questões comportamentais para o mundo do trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião inicial com os adolescentes indicados e seus responsáveis - Realizar 10 turmas, com 20 alunos cada, de qualificação em formação humana e informática, com 4 horas de duração cada encontro; - Elaborar Plano de Vida Individual; - Elaboração de trabalho de conclusão (word/power point/prezi); - Realizar evento de certificação; - Ofertar 80 horas de qualificação em formação humana e informática 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação - Educador - Assistente Social - Assistente Administrativo 	<ul style="list-style-type: none"> - 10 Reuniões iniciais; - Certificação de 75% dos adolescentes participantes do curso de qualificação; - Elaboração de, ao menos, 150 planos de vida individuais 	<ul style="list-style-type: none"> - Lista de presença - Registro fotográfico - Plano de vida documentado; - Relatório de atividades; - Plano de aulas;
---	--	--------	---	--	--

- Inserir os participantes concluintes da Formação em ações de inclusão produtiva, preferencialmente em vagas de aprendizagem profissional.	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião com a equipe interna de recrutamento e seleção - Elaboração de fluxo de encaminhamento às vagas - Realizar, diariamente, consulta aos encaminhamentos e motivos de retornos negativos para orientação do candidato; 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação Geral - Recrutador - Assistente Social 	<ul style="list-style-type: none"> - 1 reunião com a equipe de recrutamento - 1 modelo de planilha com dados dos concluintes a ser compartilhado com o recrutamento; - Inserção de, ao menos, 25% dos concluintes em ações de inclusão produtiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Lista de presença - Registro fotográfico - Instrumentais utilizados - Feedbacks documentados sobre os encaminhamentos realizados
---	---	--------	--	---	---

11 - PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO

O monitoramento do projeto será realizado periodicamente, sendo realizadas reuniões com frequência bimestral com a equipe envolvida na execução, visando verificar eventuais pontos de melhoria e adaptação para que as ações sejam executadas dentro do que prevê o Plano de Trabalho. Serão, ainda, realizadas reuniões com os pais e/ou responsáveis dos participantes, visando ter um feedback sobre a participação dos adolescentes no projeto; nesse momento, será realizada uma pesquisa de satisfação em modelo de questionário, tendo um espaço para sugestões e/ou reclamações. Tais ações serão realizadas mensalmente, contendo registros em listas de presença e fotografias

Serão, ainda, registrados em fichas individuais os atendimentos individuais, bem como contatos telefônicos e/ou visitas domiciliares, realizados pela equipe de apoio pedagógico e social; cabe salientar que essas ações serão realizadas conforme a identificação de demanda.

No que se refere à ministração do curso de 80 horas, a equipe pedagógica realizará o acompanhamento do conteúdo, sendo necessário que o educador encaminhe, previamente, seu plano de aula para obter aprovação.

A equipe social realizará, diariamente, o controle de frequência dos participantes, realizando intervenções logo na primeira ausência injustificada visando a prevenção de evasão e identificação de possíveis demandas cabíveis de intervenção e encaminhamento à rede de proteção/atendimento.

Para aferir a efetividade/eficácia do projeto, será realizada a lista de iniciantes do curso, sendo considerada a aula 1, e a lista de concluintes, sendo comparadas para verificação de evasão e definição de estratégias e adaptações.

Ao último dia de aula, todos os participantes presentes realizarão a pesquisa de satisfação e feedback do curso;

Buscando avaliar as ações realizadas, serão compilados todos os dados relatados pelos familiares e participantes, sendo realizada uma análise em conjunto com a

equipe de execução, buscando verificar melhorias e estratégias a serem realizadas, bem como verificados os impactos positivos.

Tipo de Ação	Profissionais Envolvidos	Periodicidade	Resultado Esperado
Reunião de equipe	Assistente Social, Educador, Recrutador, Coordenação Geral, Coordenação Pedagógica, Assistente Administrativo	Bimestral	Maior eficácia e alinhamento dos processos de trabalho; Apresentar resultados da avaliação, quando tiver.
Reunião com as equipes das 10 regionais	Coordenação Geral, Assistente Social, Coordenação Pedagógica.	Bimestral	Apresentação dos detalhes do projeto e alinhamento de ações;
Plano de Aula	Educador Coordenação Pedagógica	Semanal	Realizar o monitoramento e avaliação do conteúdo a ser ministrado e metodologia aplicada
Reunião com pais/responsáveis	Coordenação, Assistente Social, Pedagogo, Assistente Administrativo, Educador/Instrutor	Mensal	Realizar o monitoramento sobre o impacto percebido pelos familiares

Elaboração e alimentação de planilha desistências e motivos	Assistente Social Assistente Administrativo	Semanal	Monitorar a participação e evasão
Elaboração e alimentação de fichas de acompanhamento individual	Assistente Social e Pedagogo	Semanal	Monitorar demandas e encaminhamentos
Aplicação de Avaliação aos participantes	Pedagogo, Assistente Administrativo, Assistente Social	Mensal	Monitorar, verificar e avaliar a execução do projeto

Curitiba, 30 de agosto de 2023.

Ronny Essert

CPF: 014.930.289-44 RG:
4.755.281-8 SSP- PR
Representante Legal da Gerar

Heloisa Arns

CPF: 787.870.259-49
RG: 3.749.944-7
Representante Legal da Gerar



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinatura gerado em 13/09/2023 às 11:11:19 (GMT -3:00)

PLANO_DE_TRABALHO_CIDADANIA_DIGITAL_2.docx (1)

 ID única do documento: #76e8edea-3362-4771-92a5-986e2b139642

Hash do documento original (SHA256): 70f51b1da758b014deeadefa235b724175216fb868e78d46fbc1bc8950e53aa8

Este Log é exclusivo ao documento número #76e8edea-3362-4771-92a5-986e2b139642 e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

Assinaturas (2)

- ✓ Ronny Essert (Superintendente Administrativo e Executivo)
Assinou em 13/09/2023 às 11:47:56 (GMT -3:00)
- ✓ HELOISA ARNS (Superintendente Institucional e Técnica)
Assinou em 13/09/2023 às 11:47:30 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora

13/09/2023 às 11:11:20
(GMT -3:00)

13/09/2023 às 11:47:30
(GMT -3:00)

13/09/2023 às 11:47:56
(GMT -3:00)

Evento

Iniciativas Sociais solicitou as assinaturas.

HELOISA ARNS (CPF 787.870.259-49; E-mail heloisa.arns@gerar.org.br; IP 177.51.197.171), assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

Ronny Essert (CPF 014.930.289-44; E-mail ronny.essert@gerar.org.br; IP 189.112.64.45), assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.



Data e hora

13/09/2023 às 11:47:56
(GMT -3:00)

Evento

Documento assinado por todos os participantes.